



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

188
145

5459

APELAÇÃO CÍVEL Nº 56287-6/
COMARCA GRAVATÁ – 2ª VARA
APELANTE: IRENE TÔNIA DOS SANTOS E OUTRO
APELADO: DJALMA TEIXEIRA DE ARAÚJO
RELATOR DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS – PRELIMINARES DE NULIDADES PROCESSUAIS REJEITADAS POR UNANIMIDADE – ÔNUS DA PROVA – EXEGESE DOS ARTS. 333, INCISO I E 927 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL –MÉRITO: APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA APENAS PARA DEFERIR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – DECISÃO UNÂNIME.

Preliminares das nulidades processuais:

Os autores foram devidamente intimados para a audiência de instrução e julgamento, assim como, também, foram devidamente intimados da decisão denegativa de liminar, por não haver depositado o rol de testemunhas da justificação.

Decisão acertada do juízo *a quo*.
Preliminares rejeitadas,. Decisão unânime.

Bl **Mérito:**

Em conformidade com o artigo 927, do Código de Processo Civil, a tutela possessória pleiteada só é devida quando o requerente comprova a sua posse anterior, o esbulho realizado pela parte ré e a conseqüente perda da posse, o que não aconteceu, de acordo com as provas carreadas, pois incumbe ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, como disposto no inciso I, do artigo 333, do Código de Processo Civil.

Não havendo o recorrente se desincumbido do ônus probatório que lhe cabia, deixando de demonstrar a sua posse efetiva sobre o bem, o esbulho, e a conseqüente perda da posse, não há como se acolher a reintegratória em face de não atender os pressupostos exigidos no artigo 927, do Código de Processo Civil.

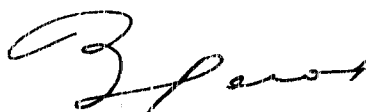
Nas Ações de Reintegração de Posse o ônus da prova pertence ao Autor, conforme tipificado nos artigos 333, inciso I e 927, do Código de Processo Civil e, se este não

provar que o Réu ocupa o imóvel em questão, ilegalmente, apurando-se, de outro lado, que esse reside no bem há vários anos, ocupando-se a título de proprietário, impõem-se à improcedência do pedido inicial e o acolhimento da proteção possessória pleiteado na contestação.

Apelação provida parcialmente, reformando-se a sentença somente para deferir a assistência judiciária gratuita. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 56287-6, em que figura como Apelante IRENE ANTÔNIA DOS SANTOS E OUTRO e como apelado o DJALMA TEIXEIRA DE ARAÚJO, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça, acordam o seguinte: *"À unanimidade de votos, rejeitou-se englobadamente as preliminares de nulidades processuais, nos termos do voto da turma. Mérito: À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso de apelação, apenas para deferir a assistência judiciária gratuita, nos termos do voto da turma"*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/5009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 11 - 12 - 2009



Desembargador Bartolomeu Bueno
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 56287-6

COMARCA: 2ª VARA – GRAVATÁ

APELANTE: IRENE ANTÔNIA DOS SANTOS E OUTRO

APELADO: DJALMA TEIXEIRA DE ARAÚJO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Relatório

Trata-se de Apelação Cível em Ação de Reintegração de Posse cumulada com Indenização por Perdas e Danos, interposta pelos Autores, contra a sentença proferida pelo Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Gravatá/PE, na qual o pedido dos Demandantes foi julgado improcedente, na qual foi reputada plena a propriedade do Demandado, ora Apelado, em conformidade com os artigos 520, parágrafo único, 1ª parte e 525, ambos do Código Civil, de 1916, cumulado com o artigo 269, inciso I, 2ª parte, do Código de Processo Civil. Foram condenados ao ônus da sucumbência, tendo o juiz *a quo* arbitrado 10 (dez) salários mínimos em verba honorária.

Inconformados com a decisão final, as partes Demandantes, ora Recorrentes, interpuseram Apelação às fls. 115/118, onde, preliminarmente, reiteram as nulidades invocadas em Razões Finais à fl. 101, no mérito, alegam que o Juiz *a quo* incorreu em erro quanto ao pedido dos Autores, tendo decidido fato diverso do que foi pedido, aduzem, que são pobres na forma da lei e, não têm condições de arcar com o ônus da sucumbência, inclusive com a condenação de pagar 10 (dez) salários mínimos de honorários advocatícios, haja vista que estão em juízo sob o patrocínio da defensoria pública.

148

170

Por fim, requerem, a reforma da sentença monocrática, no sentido de que seja dada procedência à inicial, com a reintegração de posse, caso assim não entenda, acolha as nulidades suscitadas.

Em contra razões de Apelação às fls. 121/122, o Apelado, requer o improvimento do Recurso de Apelação e, que a sentença seja confirmada em todos os seus termos.

Em parecer, a **Procuradoria de Justiça** às fls. 129/130, opinou pelo improvimento do apelo.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 16/6/2008



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



190

149

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 56287-6

COMARCA: 2ª VARA – GRAVATÁ

APELANTE: IRENE ANTÔNIA DOS SANTOS E OUTRO

APELADO: DJALMA TEIXEIRA DE ARAÚJO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto Preliminar – Das Nulidades Processuais

No que tange as preliminares argüidas pelos recorrentes, vemos que o Meritíssimo Juiz sentenciante acertou ao indeferi-las, haja vista que os autores foram devidamente intimados para a audiência de instrução e julgamento, bem como terem sido devidamente intimados da decisão denegativa de liminar requerida, por não haver depositado o rol de testemunhas da justificação, com isso, rejeito as preliminares suscitadas.

É como voto.

Recife, 10-10-2009

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



131 09
150

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 56287-6

COMARCA: 2ª VARA – GRAVATÁ

APELANTE: IRENE ANTÔNIA DOS SANTOS E OUTRO

APELADO: DJALMA TEIXEIRA DE ARAÚJO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto De Mérito

Visa o apelo reformar a sentença monocrática proferida pelo Juiz *a quo*, cuja decisão julgou improcedente o pedido dos Autores, ora Apelantes, na qual foi reputada plena a propriedade do Demandado, ora Apelado, em conformidade com os artigos 520, parágrafo único, 1ª parte e 525, ambos do Código Civil, de 1916, cumulado com o artigo 269, inciso I, 2ª parte, do Código de Processo Civil. Foram condenados ao ônus da sucumbência, tendo o juiz *a quo* arbitrado 10 (dez) salários mínimos em verba honorária.

Em conformidade com o artigo 927, do Código de Processo Civil, a tutela possessória pleiteada só é devida quando o requerente comprova a sua posse anterior, o esbulho realizado pela parte ré e a conseqüente perda da posse, o que não aconteceu no presente caso, de acordo com as provas carreadas nos autos, pois incumbe ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, como disposto no inciso I, do artigo 333, do Código de Processo Civil.

Vejamos como se posiciona a jurisprudência pátria no presente caso:

EMENTA: REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. EXCEÇÃO DE DOMÍNIO. ADMISSIBILIDADE. PROPRIEDADE NÃO COMPROVADA. IMPROCEDÊNCIA.

“Inexiste irregularidade na sentença com fundamentação sucinta, porquanto a nulidade incide somente no “decisum” sem qualquer fundamentação. A questão da propriedade na ação possessória só é admitida em caso de os litigantes dispuserem a posse a título de domínio, invocando,

192

151

ambos, a titularidade do bem objeto do litígio, circunstância esta que exige que a prova da posse sobre a coisa discutida seja duvidosa. Admitida a arguição da "exceptio proprietatis", em ação possessória, quando as partes disputam a posse como proprietárias e apenas a esse título, constitui medida de direito o decreto de improcedência do pedido se o autor não comprovar sua condição dominial em relação ao bem reclamado". (Processo nº 2.0000.00.340406-0/000(1) – TJMG).

Podemos concluir dessa forma, que nas Ações de Reintegração de Posse o ônus da prova pertence ao Autor, conforme tipificado nos artigos 333, inciso I e 927, do Código de Processo Civil e, se este não provar que o Réu ocupa o imóvel em questão, ilegalmente, apurando-se, de outro lado, que esse reside no bem há vários anos, ocupando-~~se~~ a título de proprietário, impõem-se a improcedência do pedido inicial e o acolhimento da proteção possessória pleiteado na contestação.

Em parecer, a **Procuradoria de Justiça** às fls. 129/130, se posicionou pelo improvimento do Recurso de Apelação.

Mediante tais considerações, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE APELAÇÃO**, no sentido de reformar a sentença, somente para deferir a assistência judiciária gratuita, conforme requerimento recursal, no mais incorporo os demais pontos julgados pelo Juízo Monocrático.

É como voto.

Recife, 15-10-2008



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

186

152

PRELIMINAR

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE ENGLOBADAMENTE AS PRELIMINARES DE NULIDADES PROCESSUAIS, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

MÉRITO

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"MÉRITO: À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE APELAÇÃO, APENAS PARA DEFERIR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

[Assinatura]